



Caracterização dos novos agricultores familiares de três assentamentos rurais de Castilho-SP

Adrielle Rodrigues Prates¹

Antonio Lázaro Sant'Ana²

Débora Pavani Silva³

RESUMO: Apesar do crescente êxodo rural causado pela mudança nos padrões de competitividade do capitalismo moderno no campo e pela crise de sucessão familiar no meio rural, o número de agricultores familiares aumentou segundo dados do Censo Agropecuário 2006, em relação ao de 1995/96. No município de Castilho (SP) o surgimento de novos agricultores familiares tem sido predominantemente ligado à implantação de assentamentos rurais de reforma agrária. Objetivou-se neste trabalho analisar as características desses agricultores, dos seus estabelecimentos e da produção. Para tanto, aplicou-se um questionário, em 2014, junto a 35 agricultores familiares de três assentamentos (N. S. Aparecida, Cafeeira e Terra Livre), em Castilho (SP). Verificou-se que a grande maioria dos agricultores já tinham algum vínculo com o campo antes de serem assentados, e que apesar das dificuldades enfrentadas, estes recorrem a várias estratégias para se manterem no campo, como utilização de mão de obra familiar, combinação de atividades agrícolas que servem para o autoconsumo e comercialização, produção de leite para geração de renda, conciliação de renda agrícola e não agrícola, além de se organizarem em associações. Notou-se que o viés patriarcal ainda é muito presente no meio rural, sendo este um aspecto que agrava a crise da sucessão familiar na agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Novos Estabelecimentos Familiares; Assentamentos Rurais; Estratégias dos Agricultores.

CHARACTERIZATION OF THE NEW FAMILY FARMERS OF THREE RURAL SETTLEMENTS OF CASTILHO-SP

ABSTRACT: Despite the growing rural exodus caused by the change in the patterns of competitiveness of modern capitalism in the countryside and the crisis of family succession in rural areas, the number of family farmers has increased according to data from the 2006 Agricultural Census, compared to 1995/96. In the municipality of Castilho (SP), the emergence of new family farmers has been predominantly related to the implementation of rural land reform settlements. The objective of this work was to analyze the characteristics of these farmers, their establishments and production. Therefore, a questionnaire was applied in 2014 to 35 family farmers from three rural settlements (N. S. Aparecida, Cafeeira and Terra Livre), in Castilho (SP). It was found that the vast majority of the interviewed farmers already had some connection with the field before being settled, and that despite the difficulties faced, they resort to various strategies to remain in the field, such as using family labor, combination of agricultural activities that serve for family self-consumption and marketing, milk production for income generation, reconciliation of agricultural and non-agricultural income, in addition to organizing themselves into associations. It was noted that the patriarchal bias is still very present in rural areas, which is an aspect that aggravates the crisis of family succession in agriculture.

¹ Doutorado pelo programa em Horticultura da Faculdade Ciências Agrônômicas (FCA)/ UNESP. E-mail: adrielle.prates@unesp.br

² Professor Adjunto na UNESP/FEIS do departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia. E-mail: lazaro.sant@unesp.br

³ Doutoranda em Agronomia pela UNESP/FEIS E-mail: debora.pavani@unesp.br

KEYWORDS: New Family Establishments; Rural Settlements; Farmers' Strategies.

INTRODUÇÃO

As análises sobre os impactos do avanço tecnológico direcionado a ganhos de escala e sobre as mudanças no padrão da competitividade no capitalismo moderno mostram que esses processos resultaram na expulsão do campo de milhões de agricultores familiares no mundo todo, dificultando também a sucessão nesse segmento social. Em países europeus, a crise de sucessão na agricultura familiar já é uma realidade há algumas décadas (BOURDIEU, 2002; CHAMPAGNE, 2002), enquanto no Brasil alguns trabalhos realizados, na década de 1990 em Santa Catarina (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SILVESTRO *et al.*, 2001), também já relatavam as mudanças que estavam ocorrendo no padrão sucessório e as dificuldades que as famílias tinham para formar os sucessores.

Outras pesquisas mais recentes que tratam da sucessão na agricultura familiar a partir do estudo dos jovens rurais (CASTRO 2005; SPANEVELLO, 2005; ANJOS, CALDAS E COSTA, 2006; AHLERT, 2009; BATESTIN, 2010; FOGUESATTO *et al.*, 2016) dão uma indicação da importância que tem assumido este tema no contexto brasileiro. A linha adotada nestas pesquisas, de verificar quais são os mecanismos que têm causado o êxodo de jovens permitiu constatar alguns impasses, como a dificuldade de geração e diversificação da renda nas unidades familiares, ausência ou insuficiência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar; as exigências do trabalho na agricultura combinada com a sua desvalorização social, a dificuldade de conciliar o trabalho não agrícola e o modo de vida rural, a estrutura de poder patriarcal predominante e a falta de infraestrutura geral no campo, especialmente aquelas ligadas ao lazer. Quase todos os trabalhos confirmam a crise de sucessão e delineiam uma perspectiva difícil para a agricultura familiar.

Sem menosprezar a importância da abordagem da sucessão na agricultura familiar a partir da perspectiva dos jovens, ou seja, da permanência ou da migração destes, os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 mostram que aumentou o número de estabelecimentos familiares (em relação ao Censo Agropecuário de 1995/6), o que indica que de alguma forma esse processo de sucessão vinha ocorrendo, o que inclui, em algumas regiões, a criação de novas unidades familiares por meio dos assentamentos rurais e/ou pela via do mercado de terras.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais geral a qual fez uma investigação buscando identificar quem são estes novos agricultores familiares, o que estão produzindo e quais estratégias estão utilizando para se manter na terra, em algumas Microrregiões Geográficas (MRG) do Estado de São Paulo (Andradina, Jales, Auriflora e Nhandeara).

A MRG de Andradina foi palco de uma intensiva atividade de reforma agrária com pressão dos movimentos sociais, e Castilho, é o município com maior número de assentamentos de reforma agrária do referido Território, totalizando 11 assentamentos. Por ser a forma predominante de constituição de novas unidades familiares na MRG de Andradina, este trabalho refere-se à investigação que buscou identificar as mudanças ocorridas a partir da criação de novos estabelecimentos familiares, caracterizando e analisando as estratégias dos agricultores, em três assentamentos rurais de Castilho (SP). Os estudos realizados especificamente em assentamentos rurais têm dado a compreensão de questões como organização familiar e produtiva, infraestrutura, qualidade de vida, serviços de assessoria técnica prestadas às famílias, relações mercantis e problemas enfrentados pelos beneficiários (SIMONATO *et al.*, 2014). Dessa forma, os assentamentos provenientes da reforma agrária configuram uma recriação da agricultura familiar, o que justifica a expressão novos agricultores.

AGRICULTURA FAMILIAR

Para Schneider (2003), a noção de “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro apenas na década de 1990, de forma tardia em comparação a outros países desenvolvidos que possuem tradição no tema, mas nas próximas décadas ganhou legitimidade, sendo associada a temas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Outros fatores que potencializaram este debate em meio à sociedade foram também o aumento de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com a Lei 11.326/2006 que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (2006), a agricultura familiar é definida como um pequeno estabelecimento rural (até quatro módulos fiscais) no qual se desenvolve atividades econômicas, utilizando predominantemente mão de obra familiar, sendo que parte da renda da família deve ser oriunda do estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar é definida nesse trabalho como uma forma de produção e modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento são predominantemente familiar, incluindo produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, e diferentes graus de tecnificação, de inserção no mercado e de geração de renda (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999).

Segundo Mergarejo Netto (2008), não há um único modelo de agricultor familiar; este pode se diferenciar a cada região, pois cada local proporciona unidades de produção, valores e dificuldades diferentes e estes agricultores têm a capacidade de se adaptar, mas sem fugir do princípio em que se produz para as necessidades básicas

com troca e/ou comercialização do excedente. O referido autor afirma também que a unidade familiar é modelada de acordo com a interferência do ambiente externo, estando interligada com a demanda do mercado.

Uma característica importante da agricultura familiar é o fato de estar mais ligada ao abastecimento do mercado interno. Soares *et al.* (2009) afirma que a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico e sustentável no ambiente rural, sendo a principal atividade econômica de várias regiões do Brasil, com grande importância na geração de empregos e renda.

De acordo com Sant'Ana *et al.* (2014) a agricultura familiar vem enfrentando problemas como: a estrutura fundiária, o tipo de acesso à terra, às políticas macroeconômicas e setoriais; e de fatores internos ou específicos da unidade familiar, como os recursos financeiros disponíveis, a quantidade e a qualificação da mão-de-obra, a tecnologia empregada, a forma de gestão, a distância dos mercados e a possibilidade ou não de combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas.

Almeida (1999) e Carmo (2009) afirmam que pode estabelecer-se certa continuidade entre a forma de organização da família camponesa tradicional, que se esforça, à medida do possível, para diversificar as atividades agrícolas entre os componentes do seu grupo familiar; e as famílias do campesinato que, devido à modernização, buscam diferentes fontes de rendimento, atuando também em atividades não agrícolas. Portanto as mudanças atingem a natureza e o conteúdo das atividades exercidas, que passam a incorporar os componentes e os conceitos da modernidade, o que provoca fortes alterações socioeconômicas e culturais nos modos e estilos de vida.

A criação de novas unidades familiares por meio da constituição dos assentamentos rurais, no processo de reforma agrária, visa à produção de alimentos básicos dirigidos especialmente para o mercado interno no intuito de combater a fome e a miséria, geração de renda, redução do êxodo rural, diminuição da concentração de terras nas mãos da elite latifundiária improdutiva, promovendo a democracia efetiva e a justiça social (INCRA, 2013).

CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE CASTILHO (SP)

O município de Castilho localiza-se na MRG de Andradina, composta também de outros 10 municípios: Andradina, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis. Essa Microrregião caracteriza-se, historicamente, pela forte concentração fundiária, com a predominância de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos de corte. A construção de três hidrelétricas, entre 1960-90, agravou os problemas fundiários da região. A CESP (Companhia Energética de São Paulo)

buscou amenizar a situação criando alguns (re)assentamentos. As vistorias INCRA na região com apoio do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), na década de 2000, constatou mais de 50 imóveis rurais improdutivos, o que ocasionou a desapropriação de parte dessas propriedades para a constituição de assentamentos rurais de Reforma Agrária, após a pressão dos movimentos sociais rurais da região que organizaram dezenas de acampamentos na região (SANT'ANA, 2016).

De acordo com o Incra (2018) foram criados 38 assentamentos somente na Microrregião Geográfica de Andradina. A pecuária de corte continua sendo uma importante atividade, mas a produção de leite vem tendo cada vez mais destaque, sendo que na quase totalidade dos lotes estas duas atividades estão interligadas como pecuária mista. Outro processo produtivo que ocorreu aumento vertiginoso foi o plantio de cana-de-açúcar que passou a ocupar o segundo lugar em termos de área plantada, sendo menor apenas que a área de pastagens (IBGE, 2006).

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), o município de Castilho possuía, em 2010, cerca de 18mil habitantes, sendo 13.592 (75,49%) na área urbana e 4.414 (24,51%) na área rural. Este é um percentual bem maior de população do campo em comparação com os demais municípios da MRG de Andradina, pois, de acordo com Sant'Ana (2016), Castilho apesar de possuir em torno 23.500ha de cana de açúcar, também possui dez assentamentos rurais de reforma agrária, além de um reassentamento implantado pela CESP (Projeto Jupιά) e de parte do assentamento Timboré (que abrange principalmente Andradina). Esses assentamentos, abarcam aproximadamente 1.100 famílias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na etapa inicial da pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos uma revisão bibliográfica, referente à agricultura familiar, e um levantamento de dados secundários da região sobre as características gerais do município de Castilho, como aqueles disponíveis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio de um estudo de caso, realizou-se uma pesquisa de campo para levantar informações sobre os *novos* agricultores familiares de Castilho. Em função de reunir o maior número de assentamentos de reforma agrária, criados na década de 2000, de Castilho também apresenta maior número de *novos* agricultores familiares, o que orientou a escolha deste município para investigar esses agricultores no âmbito social e econômico, no intuito de buscar possíveis estratégias para fortalecer a agricultura familiar, principalmente por meio de políticas públicas.

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2014, em três assentamentos de Castilho, de modo a abranger o tempo de três a doze anos de tra-

balho autônomo das famílias em um estabelecimento rural. Foram pesquisados: o Assentamento Terra Livre, oficialmente criado em agosto de 2003, conta com 41 famílias em uma área total de 628,32ha; o Assentamento Nossa Senhora Aparecida II, implantado no final de 2004, possui área total de 976,45ha que foi dividido em 73 lotes; e por último o Assentamento Cafeeira, que teve sua implantação em outubro de 2007, sendo o maior dos três, com área total de 1.968,58ha, dando origem a 125 lotes (INCRA, 2018).

Como já mencionado, a pesquisa buscou contemplar produtores que apresentam um tempo de efetiva e plena gestão do lote por no mínimo 3 anos e máximo de 12 anos. Este quesito deve-se a opção de não pesquisar produtores que acabaram de assumir a propriedade (menos de três anos), pois podem estar ainda se adaptando à nova condição ou resolvendo questões contingentes da gestão anterior ou, no caso dos assentados, não ter recebido os recursos para iniciar o processo produtivo. O limite de 12 anos buscou contemplar a condição de se enquadrarem como jovens agricultores. Atendidos estes critérios, a escolha das famílias assentadas foi realizada ao acaso, em cada um dos três assentamentos.

O público pesquisado totalizou 35 produtores assentados. Este espaço amostral não foi definido por critério estatístico, portanto não tem a pretensão de representar o conjunto de produtores do município estudado, mas busca apreender qualitativamente as características e perspectivas desse grupo de produtores, visando entender como está se processando a constituição de *novas* unidades familiares. Do total de famílias pesquisadas, 22 são do Assentamento N. S. Aparecida II, sete do Assentamento Cafeeira e seis do Assentamento Terra Livre.

A coleta dos dados se deu por meio de um questionário semiaberto, ou seja, composto de perguntas fechadas e abertas (CHIZZOTTI, 1991), aplicado em visitas *in loco*, que tem como função abrir um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador e ao mesmo tempo conduzir a entrevista de maneira adequada, visando à caracterização dos produtores e da unidade de produção, em termos socioeconômicos. Marconi e Lakatos (2005) afirmam que o questionário é um instrumento de coleta de dados formado por uma série ordenada de perguntas, sobre uma situação deliberada. As perguntas abertas possibilitam ao informante responder livremente e emitir opiniões; já as perguntas fechadas são aquelas que o informante define sua resposta de acordo com as opções apresentadas (GONZAGA, 2015).

Por meio do questionário foram levantados dados sobre o perfil da família, em termos de idade, escolaridade, ocupações presentes e anteriores dos membros da família; os tipos de atividades produtivas desenvolvidas; tecnologia e mão-de-obra empregada, formas de gestão das atividades, dificuldades encontradas, estratégias e formas de organização da produção e da comercialização.

Os dados obtidos foram analisados por meio da estatística descritiva, utilizando-se de gráficos e tabelas (SILVESTRE, 2007). Os resultados estão estruturados em três partes: na primeira são abordadas as características gerais das famílias, do trabalho e da renda; na segunda a caracterização do estabelecimento e da produção; e na terceira e última são abordadas questões sobre políticas públicas, organizações, questões de gênero e o papel dos jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS, DO TRABALHO E DA RENDA.

Do total de 35 pesquisados⁴, 40% (14) são do sexo masculino e 60% (21) do sexo feminino. Observou-se que durante a pesquisa a maioria (91,5%) das mulheres solicitou a ajuda do companheiro, ou respondeu ao questionário porque seus companheiros não se encontravam no lote na hora da visita (predominantemente por trabalharem fora da propriedade, em outro estabelecimento ou na cidade). Também o fato da pesquisa ser realizada por uma mulher influencia quem vai atender aquela demanda. Apenas três (8,5%) mulheres são realmente líderes da unidade familiar, ou seja, respondem pelas decisões tomadas pela família em relação à propriedade, por não ser casada ou ser viúva. Esses dados demonstram que a figura do homem como chefe de família ainda é marcante no meio rural, sendo que muitas vezes o trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo, trabalho de cuidado não remunerado aos membros da família, não é considerado entre os homens e mesmo entre as mulheres, como trabalho no lote. Siliprandi (2011) relata que as mulheres agricultoras ainda não são vistas como trabalhadoras e como cidadãs, e seu trabalho é considerado apenas uma ajuda dentro da família, enquanto o homem é considerado como o verdadeiro produtor rural.

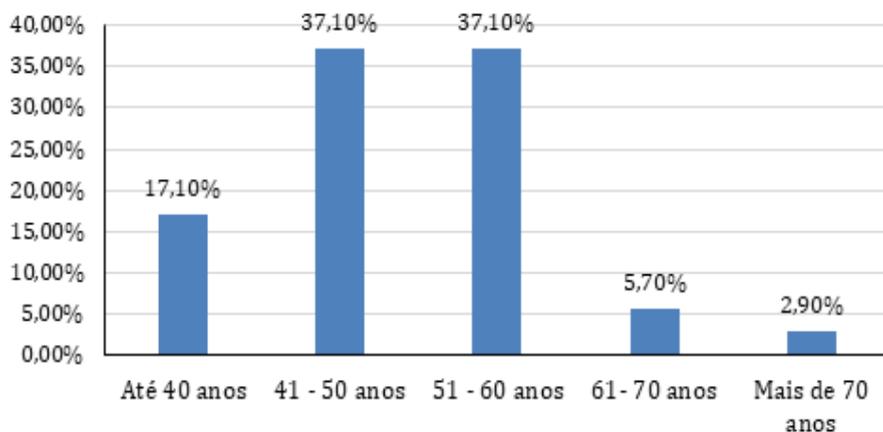
Observou-se que 54,2% (19) dos agricultores pesquisados possuem até 50 anos de idade, sendo que nas faixas entre de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos concentram-se 74,2% (26) dos produtores. O pesquisado mais novo tinha 37 anos e o mais velho 72 anos (Figura 1). Holanda Júnior e Campos (2003) comentam que a idade do produtor pode influenciar na administração do estabelecimento, em relação às diferenças das perspectivas entre jovens e mais velhos, como questões de cunho técnico e a continuidade na terra.

A média é de 50 anos de idade. Essa média de idade condiz com outros trabalhos desenvolvidos no Território de Andradina com produtores assentados, em que se constatou uma média de idade entre as produtoras de 49 anos, e de 52 anos entre os produtores (SILVA, 2016). Se considerarmos que quase 50% dos agricultores

⁴ Na apresentação dos resultados desta pesquisa é usado o termo “agricultores/produtores” na forma genérica, indicando tanto o sexo feminino, como o masculino, apenas para facilitar a redação; embora se reconheça que esta forma genérica muitas vezes serve de mecanismo para tornar invisível o papel desempenhado pelas mulheres.

entraram no lote há 10 anos (Figura 2), conclui-se que chegaram à propriedade em média com 40 anos, em uma idade produtiva, mas não jovens.

Figura 1 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da idade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quase a metade (48,6%) dos pesquisados acompanhou o surgimento do seu respectivo assentamento rural, trabalhando na área há cerca de 10 anos, já que todos esses assentamentos são originários da luta pela Reforma Agrária e dois foram implantados entre 2003 (Terra Livre) e 2004 (N. S. Aparecida II).

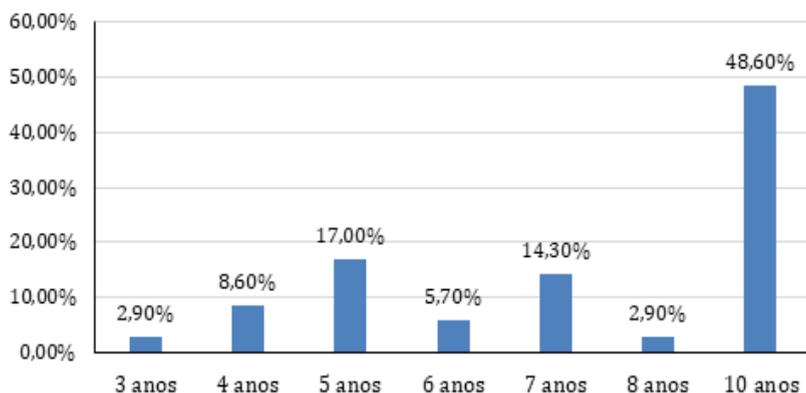
Embora na época da pesquisa (2014), esses novos agricultores tivessem trabalhado até 10 anos na área, a grande maioria já apresentava um período maior com experiência no desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo que 71,4% (25) dos agricultores entrevistados apresentavam mais de 21 anos de experiência (Figura 3), mencionando trabalhar no campo desde quando eram crianças ou adolescentes.

Essa grande experiência com trabalhos agrícolas é decorrência de que até a vinda para o assentamento, a maioria (77,2% - 27) desses novos agricultores já tinha algum tipo de vínculo com a agricultura (Tabela 1). Esses trabalhadores iniciaram a sua vida como agricultores em uma propriedade que já era da família ou em propriedades de terceiros.

Dentre os agricultores pesquisados, somente 22,8% (8) nunca exerceram outro tipo de profissão, sendo a agricultura a única atividade realizada ao longo da vida. Mais da metade (54,4% - 19) citaram que antes de exercer a atividade não agrícola, já tinham trabalhado na agricultura quando crianças e/ou adolescentes, ou seja, o trabalho não agrícola constituía-se em uma realidade completamente diferente

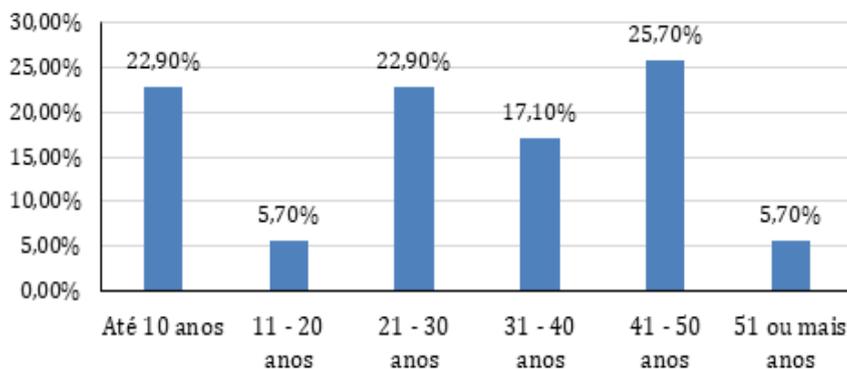
da sua origem. Costa (2004), afirma que a volta do trabalhador rural à terra do assentamento é idêntica ao retorno da raiz à terra. Trata-se de um movimento inverso ao êxodo rural de períodos anteriores, fato também constatado em estudos sobre migrações no Brasil que apontam um fluxo de retorno das cidades para as “origens”, ou seja, para os lugares que sofreram grande esvaziamento em períodos anteriores (DESCONSI, 2007).

Figura 2 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função dos anos de trabalho como agricultor



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 3 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função dos anos em que trabalharam como agricultor ao longo da vida.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Tabela 1- Profissões exercidas pelos *novos* agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, até o momento da entrada no lote.

Profissões	Nº	%
Somente agricultura	8	22,8
Agricultura + Profissões não agrícolas	19	54,4
Somente profissões não agrícolas	8	22,8

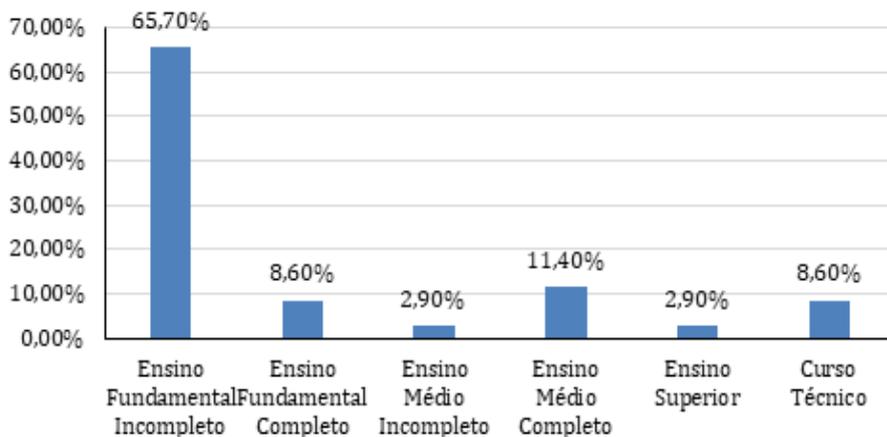
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quase dois terços dos pesquisados (65,7% - 23) pararam de estudar antes de completarem o ensino fundamental, enquanto menos de um quarto (22,9% - 8) concluíram o ensino médio (que inclui o ensino técnico) ou superior (Figura 4). Esses resultados coadunam com discussão feita por Silvestro (2001) sobre o fato de que a maior parte das pessoas mais velhas que viviam no meio rural tiveram menores oportunidades para continuar os estudos, pois tinham que ajudar nas atividades do campo e também porque não haviam escolas próximas que ofereciam ensino além do antigo primário (atual 5º ano).

A fim de verificar a possível relação entre um maior grau de escolaridade dos filhos dos *novos* agricultores com a permanência (ou não) desses no trabalho do campo, foi questionado ao agricultor se possuía filhos com ensino superior e quantos desses participavam do trabalho na unidade produtiva. Verifica-se na Figura 5 que do total de entrevistados, 62,9% (22) não possuem filho que concluiu o ensino superior. Estes percentuais são maiores do que a média brasileira, pois segundo o IBGE, em 2010, apenas 11,95% tinham curso superior no Brasil (IBGE, 2010).

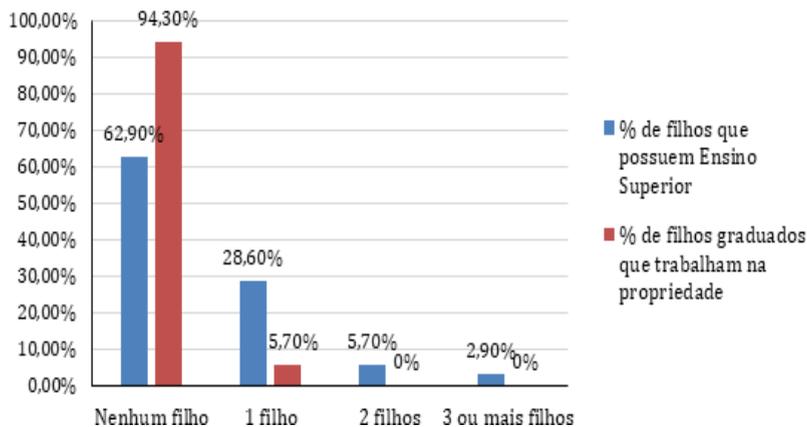
Quando se relaciona a graduação dos filhos com a participação desses no trabalho (Figura 5), observa-se um percentual muito menor, em que apenas 5,7% (2) das famílias contam com um filho que possui curso superior trabalhando no lote. Estes resultados mostram que a grande maioria dos jovens, filhos de agricultores familiares, não concilia o investimento em educação feito pelos pais com a permanência no estabelecimento familiar. De modo geral, observou-se na realização da pesquisa (de modo empírico) que os jovens que saem para estudar não veem a unidade produtiva como algo economicamente promissor, enquanto o jovem que continua com o trabalho na unidade familiar, muitas vezes não tem oportunidade de continuar os estudos ou não vê o curso superior como algo importante para o seu trabalho no estabelecimento rural.

Figura 4 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função do grau de escolaridade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 5 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em relação aos filhos que possuem ensino superior e aos que também trabalham no lote.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

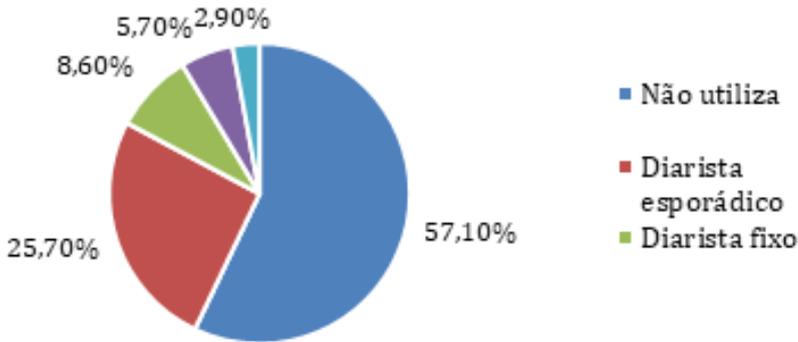
Silvestro (2001) relaciona esse fator de capacitação com a sucessão da agricultura familiar, identificando dois modelos: ou fica na propriedade o filho com menor formação e educação formal porque avalia que não tem chances no mercado externo devido a deficiência de escolaridade; ou permanece o filho com capacitação e alta escolaridade, mas este também, frequentemente, encontra dificuldades para implantar diretrizes dentro da propriedade.

Em relação à utilização de mão-de-obra, a maioria dos produtores entrevistados

(57,1% - 20) utiliza somente mão-de-obra familiar para realizar as atividades produtivas do lote. Entre agricultores que recorrem à mão-de-obra de terceiros, predomina a contratação esporádica, por 25,7% (9) dos produtores, referente aqueles que trabalham alguns ou vários dias por mês, mas somente em determinadas épocas do ano. A troca de dias também é pouco utilizada (5,7%), sendo mais frequente quando o produtor faz silagem de milho (Figura 6).

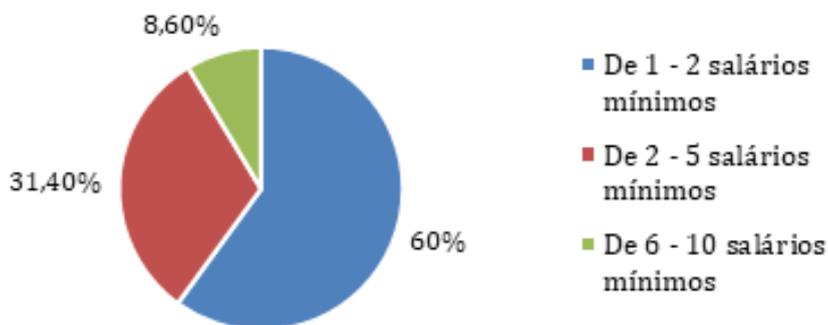
A renda monetária bruta total média da maioria das famílias (60% - 21), de acordo com declaração dos pesquisados, situa-se entre 1,0 e 2,0 salários mínimos (SM), mas um percentual expressivo (31,4% - 11) possui entre 2,1 e 5,0 SM de renda monetária bruta total e nenhuma família auferiu renda menor do que um salário mínimo (Figura 7). Embora o valor seja baixo, aproximadamente três em cada quatro agricultores pesquisados consideraram que a renda familiar aumentou depois de ter obtido o lote (Figura 8), o que leva a deduzir que a situação das famílias anterior ao assentamento era bem precária.

Figura 6 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo a utilização de mão-de-obra.



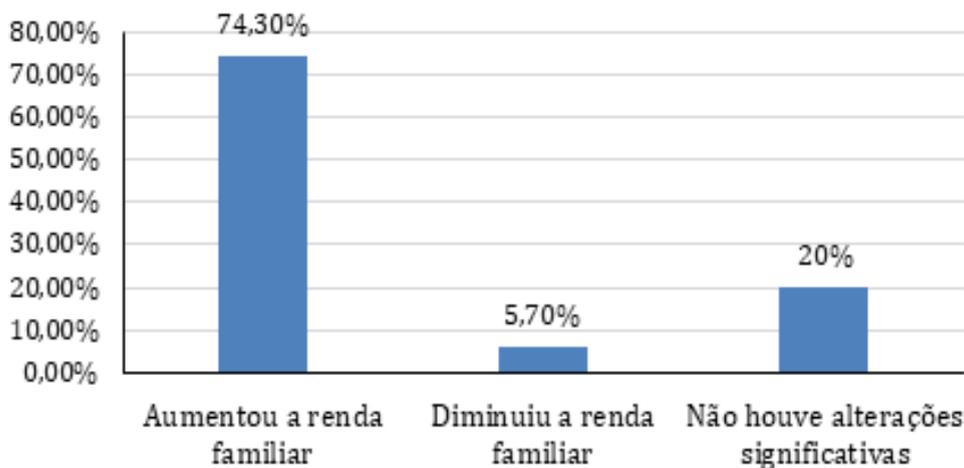
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 7 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da renda monetária bruta mensal média da família.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 8 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em relação a possíveis mudanças na renda familiar após ter obtido o lote.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Do total pesquisado, 20% (7) disseram que não houve alterações significativas na renda por considerarem que a renda que eles obtêm do lote somada ao complemento da renda não agrícola está próximo do valor que recebiam anteriormente. Observou-se também que dentre os agricultores pesquisados que não tiveram mudança nos

rendimentos, a maioria apresentava idade avançada, tendo a aposentadoria como um importante componente da renda, sendo em alguns casos a principal fonte de renda.

Quanto à composição da renda familiar, constatou-se que 82,9% (29) das famílias possuem rendas não agrícolas. No total, foram citadas 20 origens de renda diferentes, em que 15 são provenientes de trabalho (pluriatividade) e cinco constituídas de benefícios e outras rendas (como aluguel) (Tabela 2). A renda não-agrícola mais frequente dessas famílias é a aposentadoria (45,7% do total) com um percentual bem maior do que a fonte que aparece em seguida, o auxílio doença, recebido por 11,4% das famílias. Este tipo de renda está diretamente relacionado com o percentual de agricultores com idade mais avançada.

Tabela 2 - Número e percentual de rendas não agrícolas das famílias pesquisadas nos três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a fonte da renda.

Fonte de renda não agrícola	N ^{o*}	%	Fonte de renda não agrícola	N ^{o*}	%
Aposentadoria	16	45,7	Guarda (segurança)	1	2,9
Auxílio doença	4	11,4	Técnico em Enfermagem	1	2,9
Trabalho em Agroindústria Sucroalcooleira	3	8,6	Técnico em Segurança do Trabalho	1	2,9
Artesanato	2	5,7	Professora de Inglês	1	2,9
Trabalho em tanque de resfriamento de leite	2	5,7	Trabalho em Indústria	1	2,9
Bolsa Família	2	5,7	Bolsa de iniciação científica	1	2,9
Aluguel de imóveis	2	5,7	Tratorista	1	2,9
Pedreiro	2	5,7	Manicure	1	2,9
Pensionista	1	2,9	Funcionário Público	1	2,9
Trabalho de Doméstica	1	2,9	Motorista	1	2,9
Cozinheira	1	2,9			

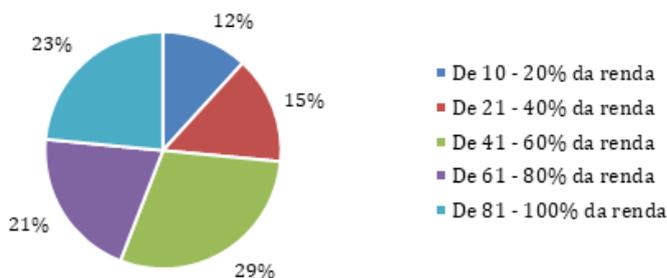
*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de uma fonte de renda.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nas figuras 9 e 10 estão discriminadas a participação relativa (o quanto representa em termos percentuais da renda monetária bruta total das famílias) da origem da renda familiar em agropecuária e trabalho não agrícola. Verificou-se que a agricultura e pecuária representa mais de 40% da renda para 73% dos entrevistados, sendo

que para 44% deles, representa mais de 60% da renda. Nos extremos verifica-se que 23% dos pesquisados obtém no máximo 30% da renda por meio da produção agropecuária, enquanto outros 23% consegue auferir mais de 80% de sua renda da agricultura e/ou pecuária (Figura 9).

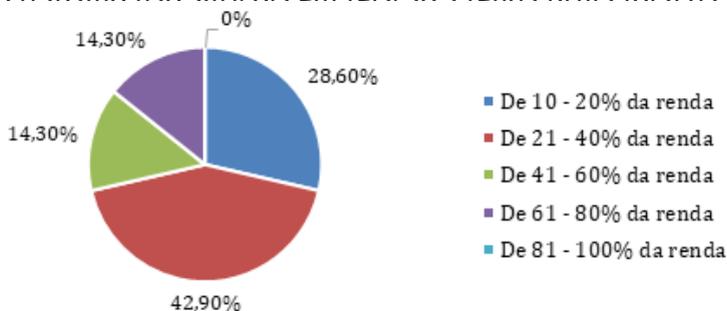
Figura 9 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da participação relativa da renda proveniente



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A renda proveniente de trabalho não agrícola apresenta uma importância relativamente menor para a grande maioria das famílias, quando comparada à renda agropecuária, mas é fundamental para compor a renda da família. Neste caso, para 71,5% das famílias, este tipo de renda representa no máximo 40% da renda monetária bruta total, enquanto nenhum agricultor pesquisado declarou que a renda proveniente do trabalho não agrícola chega a mais de 81% do total (Figura 10).

Figura 10 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da participação relativa da renda proveniente do trabalho não agrícola em relação à renda bruta total da família.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Esses resultados indicam que grande parte das famílias pesquisadas é pluriativa (recebe renda proveniente de trabalho não agrícola), embora estas rendas, na maioria dos casos, sejam complementares à renda agropecuária. Alguns autores (PETINARI; BERGAMASCO; TERESO, 2010; WANDERLEY, 1999) afirmam que o trabalho externo de membros da família nem sempre indica abandono ou degradação da atividade agrícola, mas podem ter papel complementar à renda agrícola e constituir-se em uma estratégia de reprodução social das famílias.

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO E DA PRODUÇÃO

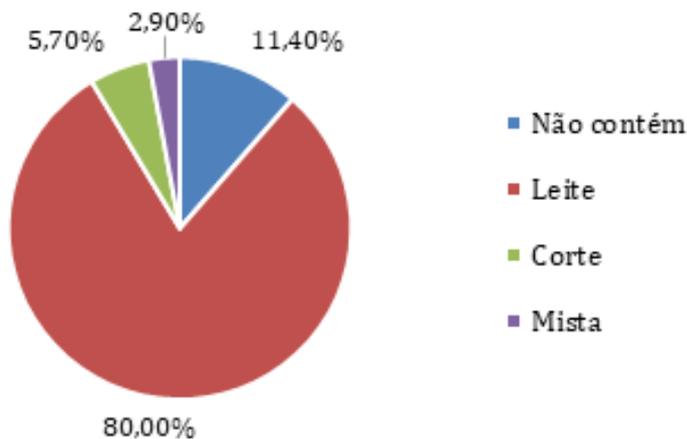
No Território de Andradina, a partir da década de 2000, o tamanho dos lotes dos assentamentos foi unificado pelo INCRA em aproximadamente 12 hectares para os casos padrão e em 3,0 ou 3,5 hectares para os lotes pararurais (estes destinados a pessoas que não possuem família na área ou já apresentam idade mais avançada), excluída a área de 20% da reserva legal (que em alguns casos é coletiva e não anexa ao lote). Como a pesquisa refere-se aos *novos* agricultores familiares que obtiveram a terra por meio da reforma agrária, os tamanhos dos lotes dos pesquisados se encontram nessa faixa de área.

Apesar do lote padrão ser definido com o tamanho de 12 hectares, como dito anteriormente, este tamanho pode sofrer pequenas variações. Entre os agricultores pesquisados, a maioria (62,9%) possui área de 11,7ha; 31,4% estão em lotes de 12ha e apenas 5,7% possuem lotes pararurais de 3,0ha. Cabe ressaltar que uma das características da unidade de produção familiar é possuir de um a quatro módulos fiscais¹ e no caso de Castilho - SP, o tamanho do módulo fiscal é 35 ha (INCRA, 2013), portanto, essas famílias dispõem de uma área própria bem inferior ao limite considerado adequado.

Constatou-se que 88,6% (31) dos agricultores pesquisados possuem criação de bovino, considerando todas as finalidades da exploração, sendo que a maior parte é para pecuária leiteira (Figura 11). Apenas uma minoria (11,4% - 4) se dedica exclusivamente à exploração vegetal. Outras pesquisas realizadas demonstram uma predominância da pecuária como a principal atividade produtivas dos assentamentos da região (SANT'ANA *et al.*, 2007; SILVA, 2012). A cadeia produtiva de leite é uma das alternativas que o pequeno produtor tem para se manter no campo, principalmente por ser viável implantá-la em pequenas áreas (CARVALHO, 2006).

¹ Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para que as propriedades rurais sejam consideradas economicamente viáveis (BRASIL, 2005).

Figura 11 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da presença ou não de rebanho bovino e da finalidade da criação.

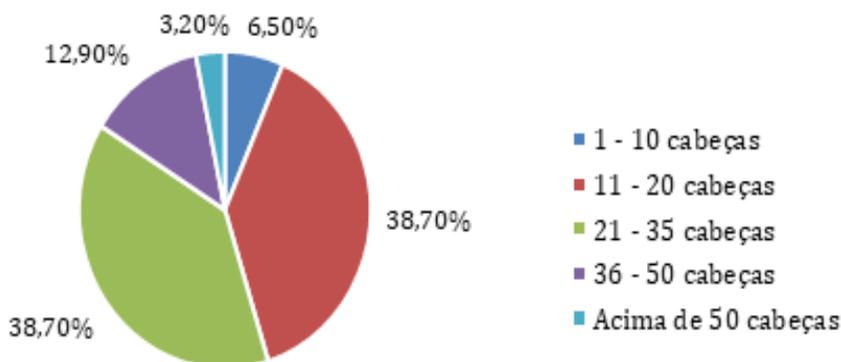


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Como a bovinocultura é a principal atividade de quase todos pesquisados, a maioria destes (54,8%) possui mais de 21 cabeças de gado (Figura 12), embora haja a limitação do tamanho do lote. Na época da aplicação do crédito do Pronaf Investimentos, nos assentamentos da região predominou a compra de matrizes para iniciar a atividade leiteira, sendo esta a origem da maioria dos rebanhos das famílias assentadas. Silva (2012), em pesquisa realizada no Território, mencionou que era costumeiro os produtores se referirem a esta linha de crédito do Pronaf como o “Pronaf do gado”, embora esse recurso seja para investimentos em qualquer atividade produtiva. Aqueles que possuem maior número de animais, via de regra, recorrem ao arrendamento de pastos de outros assentados.

O destino da produção bovina pode ser observado na Tabela 3. A bovinocultura leiteira, presente em 80% dos lotes, combina a produção de leite com a venda de bezerros, que é bastante valorizada pelos produtores. Nota-se que a comercialização de animais para intermediários é predominante (82,8%), muitas vezes a um preço mais baixo do que o de mercado (pois o produtor não tem como transportar até o frigorífico, por exemplo). A produção de leite é predominantemente dirigida à duas cooperativas de produtores, a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), uma cooperativa regional de famílias assentadas ligada ao setor de produção do MST e a Cooperativa Primavera (COPRIMA).

Figura 12 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, quanto ao número de cabeças de bovinos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tabela 3 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, nos três assentamentos de Castilho-SP, quanto ao destino da produção (carne e leite).

Destino da produção	N ^{o*}	%
Venda de gado para intermediário	29	82,8
Venda de gado para frigorífico	2	5,7
Venda de leite para COAPAR	24	68,6
Venda de leite para COPRIMA	6	17,1
Leite para autoconsumo	1	2,9

*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de um destino.

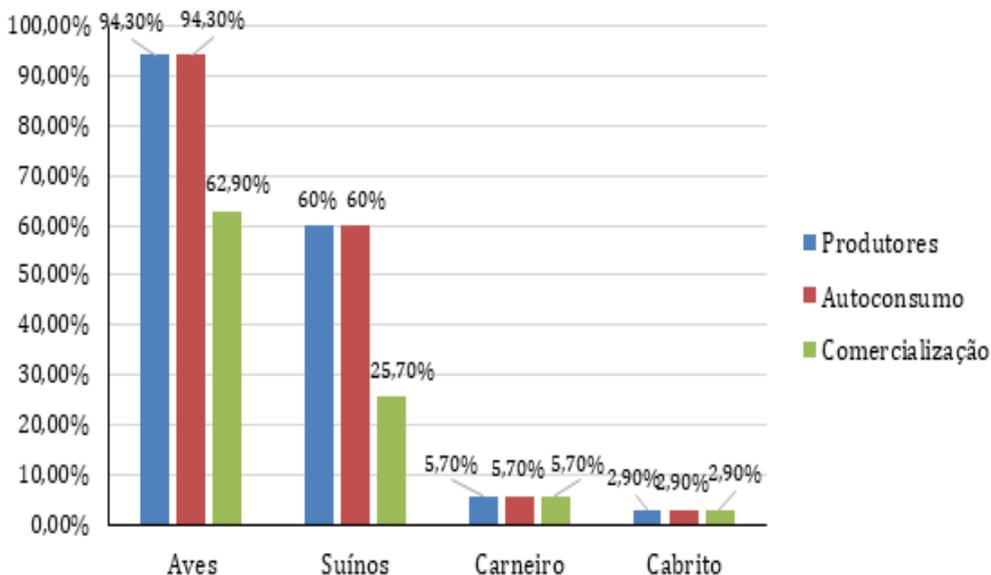
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Entre os *novos* agricultores pesquisados, além da criação de bovinos, também apareceram outras criações, como aves, suínos, ovinos e caprinos, sendo esses dois últimos os menos frequentes (5,7% e 2,9% respectivamente). Em todos os lotes que possuem criação de aves, suínos, ovinos e caprinos, os agricultores utilizam para o autoconsumo (Figura 13).

Grisa e Schneider (2008) citam em seu estudo sobre autoconsumo em municípios do Rio Grande do Sul que os produtos de origem animal direcionados para esse fim correspondem a cerca da metade do produto bruto médio anual em reais dos estabelecimentos. Buainain, Romeiro e Guanzioli (2002) calcularam que o autoconsumo corresponde a cerca de 20% do produto gerado na unidade produtiva. Já Leite (2004) destaca que o autoconsumo possibilita às famílias rurais um padrão

de alimentação superior aquele encontrado nas famílias urbanas situadas em níveis de renda similares. Campoi e Ferrante (2006, p. 59) comentam também que: “O autoconsumo ganha significado como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra”.

Figura 13 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, em função da produção, autoconsumo e comercialização de aves, suínos, ovinos e caprinos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Sobre à exploração vegetal, em função da bovinocultura destacar-se entre os pesquisados, a pastagem é a cultura que se encontra em maior frequência nos lotes (97,1%). Em seguida foram citadas as frutíferas diversas, as olerícolas folhosas, entre outras culturas (Tabela 4). Nota-se que todos os produtos de origem vegetal, com exceção da pimenta, são utilizados prioritariamente para o autoconsumo do que para comercialização.

Tabela 4 - Distribuição das culturas quanto ao número e percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, que utilizam fertilizantes, agrotóxicos e em relação ao destino da produção.

Culturas	Produtores		Fertilizantes		Agrotóxicos		Autoconsumo		Comercialização	
	N ^o *	%								
Pastagem	34	97,1	7	20	0	0	34	97,1	0	0
Frutíferas (Pomar)	25	71,4	8	22,8	8	22,8	23	65,7	6	17,1
Mandioca	17	48,6	9	25,7	7	20	17	48,6	7	20
Olerícolas folhosas	13	37,1	4	11,4	3	8,9	12	34,3	4	11,4
Milho	12	34,3	11	31,4	6	17,1	12	34,3	1	2,9
Abóbora	12	34,3	6	17,1	5	14,3	12	34,3	9	25,7
Cana de açúcar	11	31,4	9	25,7	5	14,3	11	31,4	0	0
Eucalipto	7	20	4	11,4	3	8,9	5	14,3	2	5,7
Urucum	5	14,3	3	8,9	3	8,9	4	11,4	3	8,9
Quiabo	5	14,3	4	11,4	4	11,4	5	14,3	5	14,3
Napier	3	8,9	2	5,7	2	5,7	3	8,9	0	0
Banana	3	8,9	1	2,9	0	0	2	5,7	2	5,7
Laranja	3	8,9	1	2,9	1	2,9	3	8,9	1	2,9
Feijão	3	8,9	3	8,9	2	5,7	3	8,9	1	2,9
Feijão de Corda	3	8,9	2	5,7	2	5,7	3	8,9	2	5,7
Pimenta	3	8,9	2	5,7	2	5,7	2	5,7	3	8,9
Maxixe	2	5,7	0	0	0	0	2	5,7	1	2,9
Jiló	2	5,7	2	5,7	2	5,7	2	5,7	2	5,7
Batata doce	1	2,9	1	2,9	0	0	1	2,9	0	0
Berinjela	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Maracujá	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	0	0
Pimentão	1	2,9	0	0	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Melancia	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Tomate	1	2,9	0	0	0	0	1	2,9	1	2,9
Sorgo	1	2,9	0	0	0	0	1	2,9	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tabela 5 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função do destino da produção vegetal.

Destino da produção	Nº de produtores	% de produtores
PAA	20	57,2
Feira livre	10	28,5
Outro tipo de venda direta	4	11,4
Agroindústria	1	2,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÕES COLETIVAS, GÊNERO E O PAPEL DOS JOVENS

As perspectivas da agricultura familiar motivam discussões no âmbito acadêmico e político. E uma das perspectivas a ser investigada são as políticas públicas desenvolvidas para fortalecer a agricultura familiar, tanto no seu contexto de renda como organizacional. O PAA além de viabilizar a comercialização de uma parte da produção, busca também fortalecer a organização dos pequenos agricultores por meio de associações. Silva (2011) defende que as políticas públicas voltadas para o setor agrário, em especial para a agricultura familiar, têm desempenhado papel importante no processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas. Considera a implementação PAA uma das formas de propiciar a compra de parte da produção familiar local, possibilitando maior estabilidade à atividade agrícola. Além de garantir ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, incentiva a permanência e a inclusão social no campo e proporciona melhores condições de vida, além da eliminação do grande número de etapas de intermediação presentes no processo de comercialização, processo que diminui o lucro obtido pelo produtor.

O PAA foi um dos primeiros programas do governo Lula, lançado em julho de 2003. De acordo com Porto (2013), o Programa busca garantir mercados locais para a agricultura familiar; promover a distribuição para populações sob risco ou insegurança alimentar e nutricional, o que ocorria pela entrega direta por meio das organizações dos agricultores e, nos últimos anos, a partir dos bancos de alimentos municipais que reúnem todas as entregas das associações/cooperativas de produtores e distribuem para a rede socioassistencial.

Embora na época da pesquisa o destino mais frequente da produção vegetal era o PAA, esse quadro vem sendo alterado, devido à redução progressiva dos recursos destinados ao Programa. Em 2014 os valores dos recursos formalizados destinados ao PAA para o Brasil era de R\$285.683.595,08, e desse montante, R\$95.484.966,71 era destinado ao Estado de São Paulo (BRASIL, 2018). Em 2017, o programa foi praticamente paralisado, pela mudança de distribuição e redução drástica de re-

ursos, destinando para o Brasil somente R\$59.485.273,60 e desses, R\$2.749.947,06 para o Estado de São Paulo (BRASIL, 2018).

Frequentemente o PAA é o único destino de comercialização que os agricultores dispõem, pois estes têm que percorrer um longo caminho de estrada de terra para conseguir comercializar a sua produção, tornando muitas vezes inviável. Desde 2015, os recursos destinados às políticas públicas voltadas à reforma agrária e a agricultura familiar vem sendo redirecionadas para outros setores, o que dificulta a permanência desses novos agricultores no campo, já que “o assentamento é uma criação do Estado, e está sujeito à sua gestão” (LEITE et al., 2004, p. 65).

As duas principais dificuldades encontradas no trabalho ou vida no lote, segundo os produtores pesquisados, são a falta de recursos financeiros (31,4%) e a falta de assistência técnica (20,0%) (Tabela 6).

Tabela 6 - Dificuldades encontradas por agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, no trabalho ou na vida no lote.

Dificuldades encontradas no trabalho ou vida no lote	Nº de produtores	% de produtores
Falta de recursos financeiros para investir na produção e no lote	11	31,4
Falta de assistência técnica	7	20,0
Clima/Época da seca	4	11,4
Falta de água	4	11,4
Não vê dificuldades	4	11,4
Falta de conhecimento técnico	2	5,7
Falta de políticas públicas eficientes/ Incentivos governamentais	2	5,7
Falta de estrutura no lote / planejamento	2	5,7
Falta de dinheiro	1	2,9
Problema de Saúde	1	2,9
Burocracia para acessar créditos agrícolas	1	2,9
Falta de pastagem	1	2,9

*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de uma dificuldade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Uma entrevistada ao tratar do futuro da agricultura familiar considerou que “o pequeno agricultor vai enfrentar muita dificuldade pela industrialização e invasão das usinas” (AGRICULTORA 20, 37 ANOS), e vários outros acreditam que o futuro depende do governo: “Depende das políticas governamentais, pois se não tiver investimento, as pequenas propriedades não vão para frente” (AGRICULTOR 24, 59 ANOS).

A lógica desses agricultores, que considera a falta de recursos para investir na produção e a dotação de infraestrutura nos lotes como as dificuldades mais importantes, não é equivocada já que essas deficiências diminuem o poder competitivo no mercado e as condições de vida da família, influenciando diretamente na reprodução social do modo de vida desses agricultores, podendo levar à saída dos mesmos ou de seus possíveis sucessores do campo. Almeida (1986) afirma que essas dificuldades econômicas refletem em respostas de ciclo curto primeiramente, em que a família pode intensificar o trabalho ou reduzir o consumo, o que afetará na qualidade de vida da mesma; porém se persistirem as dificuldades, essas poderão conduzir a repostas de ciclo geracional, ou seja, procura de oportunidades fora da propriedade ou a ausência de sucessores. Já Wedig *et al.* (2007) constataram que os depoimentos dos pais evidenciaram que estes têm vontade que os filhos permaneçam na propriedade praticando as atividades na mesma, porém, não acreditam em um bom futuro dos filhos ali.

Quanto à participação em organizações coletivas, verificou-se que na época da pesquisa 71,4% dos pesquisados estavam vinculados às associações de agricultores e 11,4% participavam de cooperativas (Tabela 7). Essa alta participação em associações se relaciona com a alta aderência ao PAA já que a presença de uma associação é obrigatória para o repasse de diversos tipos de recursos ou créditos (LEITE, 2004).

Tabela 7 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a participação (ou não) em de algum tipo de organização coletiva de representação.

Organização	N ^o * de produtores	% de produtores
Associação	25	71,4
Cooperativa	4	11,4
Nenhuma	8	22,9

*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de um tipo de organização.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As cooperativas ficaram com um baixo percentual (11,4%) de participação dos

produtores pesquisados, pois embora comercializem o leite por essa via, não são cooperados. A COAPAR foi citada por três produtores e a CAMDA (Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina) por um produtor. Dois produtores mencionaram participar em mais de uma forma de organização, sendo que os dois participam de associação e cooperativa ao mesmo tempo.

Toniasso (2007) diz que as associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social. Ele considera também que a exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

Varella (2003) afirma que as formas associativas se constituem na união de pessoas para a busca em conjunto de soluções para problemas comuns, sendo que estes dois movimentos proporcionam o estímulo produtivo. Já Silva (2011) comenta também que formas associativas podem favorecer diretamente ações de fortalecimento dos laços de união entre os seus membros e a realização individual por meio da junção de esforços, sendo estes os princípios de sua criação.

A Figura 14 discrimina quais membros da família tomam as decisões relacionadas à distribuição de serviços; aos aspectos técnicos da condução das culturas e criações; à venda de produtos; aos investimentos que devem ser feitos na propriedade; e em relação à necessidade ou não de financiamento agrícola.

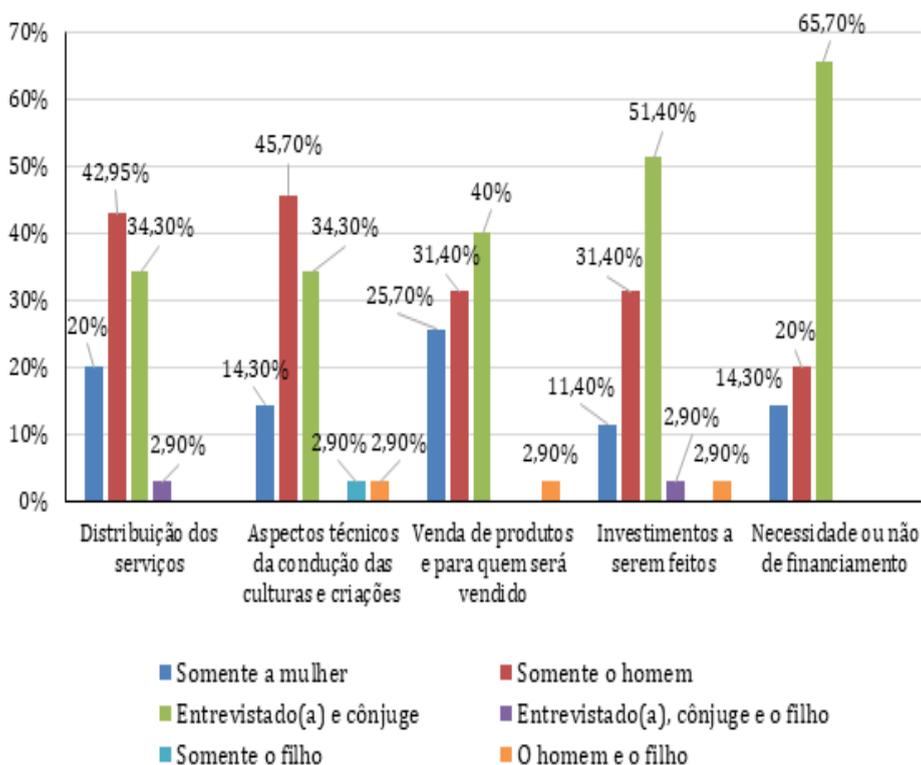
De maneira geral, as mulheres têm participação um pouco maior nas decisões relacionadas às finanças (venda de produtos; investimentos que devem ser feitos na propriedade; e em relação à necessidade ou não de financiamento agrícola) do que aos aspectos técnicos (distribuição de serviços e aspectos técnicos da condução das culturas e criações). Essa participação, na maioria dos casos, se dá de maneira conjunta com o cônjuge em todos os aspectos avaliados, com destaque para as decisões sobre a realização ou não de financiamento.

Em relação à Distribuição dos serviços e dos aspectos técnicos sobre a condução das culturas e criações, na maior parte dos casos é uma decisão exclusiva do homem (42,9% e 45,7% respectivamente).

Embora tenha uma participação importante, fica evidente que a mulher tem menor autonomia em relação às decisões relativas ao estabelecimento, especialmente quanto aos aspectos técnicos de condução das culturas e criações. Em conformidade com esse cenário, Paula *et al.* (2015) comentam que o processo de formação social brasileiro conduziu as mulheres agricultoras familiares a viver em um ambiente em que ficam submetidas às escolhas do marido/pai/filho quanto às decisões a serem tomadas, tornando *natural* a dependência masculina e a sustentação do patriarcado. Siliprandi (2009) afirma que no contexto da agricultura familiar, o

poder sobre as decisões que afetam a família em relação a produção e também ao núcleo de convivência fica na responsabilidade do homem, e a mulher fica sujeita à subordinação. A análise deste trabalho e de trabalhos anteriores conduz a um debate sobre a necessidade de igualdade de gênero em relação ao trabalho das mulheres no campo em geral e na agricultura familiar em particular.

Figura 14 - Distribuição percentual dos agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a participação dos membros da família nas decisões.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A participação dos filhos nas decisões é quase desprezível entre os pesquisados e quando ocorre é em conjunto com seus pais. A baixa influência dos filhos pode estar relacionada à ausência desses na propriedade ou pela pouca idade, mas também, em muitos casos, deve-se à estrutura patriarcal de poder presente entre os agricultores familiares. Maia (2011) ao investigar a participação dos jovens rurais

da MRG de Jales-SP nas decisões da propriedade, observou que apesar das respostas deles indicarem alguma presença nas decisões, configurava-se mais a mera emissão de uma opinião, ou seja, a influência do patriarca é muito forte e a participação efetiva dos filhos nas decisões é pequena ou inexistente, fator que influencia na saída deste indivíduo do meio rural, em busca de independência, autonomia e outras oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de reforma agrária aplicadas no Território levaram ao campo muitos agricultores, sendo que a maioria dos *novos* agricultores familiares pesquisados de Castilho já tinham algum tipo de relação com a agricultura antes de retornarem ao campo para se tornarem produtores autônomos.

Apesar desse crescente número de agricultores, estes ainda encontram entraves, como a pressão da competitividade do capitalismo moderno, falta de assistência técnica e extensão rural, recursos e dificuldades na comercialização. Esses fatores evidenciam a vulnerabilidade desse público no aspecto socioeconômico e na produção agrícola, ainda que a criação dos assentamentos rurais tenha melhorado as condições de vida (inclusive a renda) dessas famílias, fato observado em outras pesquisa referentes à reforma agraria e nesse estudo em questão.

Para se manterem no campo, a maioria dos novos agricultores recorre às estratégias que envolvem utilização de mão de obra da família, a produção agrícola para autoconsumo e comercialização complementar, associada a produção de leite destinada majoritariamente à venda. Apesar dos agricultores familiares enfrentarem dificuldades no sistema produtivo e na comercialização, a produção para o autoconsumo é fundamental no enfrentamento da pobreza, na medida em que permitem manter a segurança alimentar e nutricional das famílias.

A organização coletiva predominante dos agricultores é por meio de associações, em que a adesão nesse tipo de organização se dá principalmente para participar de políticas públicas governamentais.

Um aspecto que pode melhorar a situação no campo seria um esforço educativo adicional que propicie uma reflexão crítica de conceitos e práticas patriarcais ainda presentes nas áreas rurais e que leva a subestimar o trabalho e a contribuição das mulheres e dos filhos, dificultando a sucessão familiar na agricultura.

Embora o contexto político e social tenha se alterado de modo significativo, considera-se que a importância atual desse estudo de caso está em discutir as demandas socioeconômicas desses agricultores que surgiram do processo de reforma agrária e, ao mesmo tempo, evidenciar a relevância das políticas públicas dirigidas ao setor. Desta forma pode contribuir, ao lado de outras pesquisas, para

aprofundar as reflexões sobre a constituição e fortalecimento dos assentamentos rurais, especialmente quanto às políticas públicas que apoiem as estratégias dos agricultores familiares para sua permanência no campo com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. p. 01 - 17. CD-ROM.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n.1, p 66-83, 1986.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...**, Brasília: SOBER, 2006. p. 01 - 21. CD-ROM.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Viçosa (MG), 2009. 206p.** Dissertação (*Magister Scientiae*) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa.

BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Seuil, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Especial/ Incra/nº 03, de 11 de abril de 2005. Estabelece o Módulo Fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 2005. Seção 1.

BRASIL. MDS. **Transparência pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos**. 2018. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n.º 11.497 de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 15 set. 2020.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 40. 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e **masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Texto para discussão n.621

CAMPOI, A. M.; FERRANTE, V. L. S. B. Sistemas de produção e estratégias de permanência na terra: assentamentos rurais no coração da agroindústria. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 10, n. 01, p.45-66, nov. 2006.

CARVALHO, M. P. **Porque o leite cresce tanto no Brasil**. 2006. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/editorial/porque-o-leite-cresce-tanto-no-brasil-30510n.aspx>>.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro, 2005. 444p. Tese (Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

CHAMPAGNE, P. **L'héritage refusé**: la crise de la reproduction sociale de la paysanne française 1950-2000. Paris: Seuil, 2002. 336 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, S. A. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo

de vida dos sem-terra. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 9, n. 01, p.174-193, nov. 2004.

DESCONSI, C. Os caminhos da volta para o meio rural: Um estudo sobre o caso de Esperança do Sul - RS. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Cedeplar/face/ufmg, 2007. p. 1 - 27. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf. Acesso em: 11 agosto. 2013.

FAO/INCRA. GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. C. S (coords.) **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília: FAO/INCRA, 2000 (Projeto UTF/BRA/036).

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, 2016.

GONZAGA, D. de A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Faculdade de Engenharia da Unesp, Ilha Solteira, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2008.

HOLANDA JUNIOR, F. I. F. da; CAMPOS, R.T. Análise técnico-econômico da pecuária leiteira no município de Quixeramobim- Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.34, n.4. p 621-646, 2003.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disp. em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acesso em: 26 ago. 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1972&z=cd&o=16&i=P> Acesso em: 27/08/2014.

INCRA. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos do Brasil**. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/assentamento>. Acesso em: 22 jan. 2018

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 1, 1993, 336p.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004. 391 p.

MAIA, A. H. **Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição da mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias**. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

MERGAREJO NETTO, M. Agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 2, p.17-30, dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/194/371>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PAULA, A. C. *et al.* O cotidiano das relações de gênero e agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 01, p.43-55, nov. 2015. Semestral.

PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região de Jales-SP. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1 - 20.

PORTO, S. I. *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: **10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, p. 34-56. out. 2013.

SANT'ANA, D. Z. **Visões dos sujeitos escolares sobre a educação do campo na**

microrregião geográfica de Andradina. 2016. 311 f. Dissertação (Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SANT'ANA, A. L., BUOZO, J. C., VERCESE, F., TARSITANO, M. A. A., COSTA, S. M. A. L. Caracterização das famílias e da produção de quatro assentamentos da região de Andradina-SP In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 2006, Fortaleza (CE). **Anais...** Brasília: Sober, 2006. CD-Rom. p.01 – 19.

SANT'ANA, A. L. *et al.* **Quem são os novos agricultores familiares?** A reprodução social dos agricultores familiares e a formação de novas unidades familiares na microrregião de Jales-SP. Relatório de Pesquisa, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Unesp, 2014. 89p.

SCHNEIDER, S. *et al.* Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-121, 2003.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, F. C. da. **Agricultura Familiar em duas microrregiões do Noroeste do Estado de São Paulo:** Uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrônômica, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F. C. *et al.* Práticas Agrícolas Alternativas Empregadas pelos Agricultores Familiares da Microrregião de Andradina (SP) e a sua Correlação com Sistemas Agroecológicos: Possibilidades e Entraves. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

SILVA, F. C. **Tecnologia social pais (produção agroecológica integrada e sustentável):** uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da agroecologia? As experiências vivenciadas no Território Rural Prof. Cory/Andradina (SP). 2016. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2016

SILVA, K. R. D. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de bananeiras, na Paraíba.** 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Departamento de Economia, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SILVESTRE, A. L. **Análise de Dados e Estatística Descritiva.** São Paulo: Escolar Editora, 2007. 352 p.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri; - NEAD/MDA, 2001. 102p.

SIMONATO, D. C. *et al.* Condições socioeconômica e qualidade de vida de um Assentamento Rural no Noroeste Paulista, Ilha Solteira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 02, p.231-255, nov. 2014.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: CONGRESSO DA SOBER, 43, 2005. Ribeirão Preto - São Paulo. **Anais...** Ribeirão Preto (SP): SOBER, 2005. Cd-Rom.

SOARES, I. F. *et al.* Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no Município de Condado –PB. **Revista Infotecnarido, Mossoró-RN**, v.3, n.1, p.56-63, 2009.

TONIASSO, H. R. *et al.* Agricultura familiar e associativismo rural - o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Geográfico**, v. 12, n. 2, 2007.

VARELLA, M.; PLATIAU, A. 2003. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, 40(159): 319-333.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** P. Fundo: EDI-UPF, 1999. p. 23-56.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A Juventude rural e a ucessão Hereditária em um assentamento de Reforma Agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/790.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.